

‘APRENDE BRASIL’ UMA ANÁLISE EXTERNA E INTERNA DO SISTEMA DE ENSINO POSITIVO EM ARACAJU

EMANUEL VITOR SILVA RAMOS¹

Resumo

Este artigo trata da aquisição do Sistema de Ensino Positivo pela prefeitura de Aracaju ocorrida nos anos de 2013 à 2015. Busca verificar se o sistema de ensino contratado justifica, pela sua qualidade, o custo financeiro adicional e a substituição do material didático do PNLD. Para isso, num primeiro momento, o texto apresenta o contexto de surgimento de sistemas como esse, do crescimento da adoção desses por Municípios Brasileiros e dos motivos que levam a esse crescimento. Estuda a semelhança de outras aquisições com a realizada em Aracaju e quais os valores e a abrangência dos contratos. Num segundo momento, avalia o conteúdo de História dos livros adquiridos tomando como base os critérios de avaliação dos livros didáticos aprovados pelo PNLD 2017.

Palavras- Chave:

Aracaju; sistemas de ensino; Editora Positivo; história;

¹ Formando em História pela Universidade Federal de Sergipe. Email: Vitoricm.hist@hotmail.com

Abstract

This article deals with the acquisition of the Positive Teaching System by Aracaju prefecture from 2013 to 2015. It seeks to verify if the contracted education system justifies, due to its quality, the additional financial cost and substitution of PNLD didactic material. For this, in the first moment, the text presents the context of the emergence of systems like this, the growth of the adoption of these by Brazilian Municipalities and the reasons that lead to this growth. It studies the similarity of other acquisitions with the one realized in Aracaju and what the values and the scope of the contracts. Secondly, it evaluates the content of History of books acquired based on the evaluation criteria of textbooks approved by PNLD 2017.

Key words:

Aracaju; educational systems; Editora Positivo; history;

SUMÁRIO

1. Introdução/ apresentação do caso
2. Justificativa/ objetivos
3. Análise Externa:
 - 3.1. O que são os sistemas de ensino apostilados
 - 3.1.1. Uma forma de privatização
 - 3.2. O caso aracajuano
 - 3.2.1. Muitas semelhanças uma diferença
 - 3.2.2. Gastos e Comparações
4. Análise Interna:
 - 4.1. Descrição dos livros e comentários
 - 4.2. Avaliação
 - 4.2.1. Critérios de avaliação de conteúdo

- 4.2.2. Tratamento escolar das fontes históricas
- 4.2.3. Relação entre Texto base e atividades
- 4.2.4. Tratamento da temporalidade histórica
- 4.2.5. Temática africana, afro-brasileira e indígena
- 4.3. Visão geral
 - 4.3.1. Sumário sintético
- 5. Conclusão
- 6. Fontes
- 7. Referencias bibliográficas

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Aracaju, no mandato do então prefeito João Alves Filho, contratou a Editora Positivo para o fornecimento de material didático às escolas da sua rede de ensino. O contrato foi assinado apesar do recebimento gratuito, por parte da prefeitura, de livros do Governo federal através do PNLD², gerando um gasto a mais para o município. A despesa foi justificada pela gestão municipal como um investimento na educação e numa melhoria da qualidade do ensino.

Essa situação já ocorreu em outras cidades do país, principalmente no estado de São Paulo, atingindo 286 prefeituras (Prefeitura de Aracaju, 2013). Perante esse quadro, essa pesquisa procura analisar de forma externa e interna o Sistema de Ensino apostilado Positivo. Externamente, procuramos responder o que são sistemas de ensino apostilados? Quais os motivos que justificam o aumento de aquisição de sistemas de ensino por parte das prefeituras brasileiras? Como se deu o processo de aquisição desse sistema pela prefeitura aracajuana? Internamente, analisamos a qualidade desse material, em seu aspecto físico, conteudístico, relevância e atualidade, no que se refere à disciplina História.

² Plano Nacional de Livro Didático

2. OBJETIVOS

- Verificar se o sistema de ensino contratado justifica, pela sua qualidade, o custo financeiro adicional e a substituição do material didático do PNLD.
- Compreender o que é um sistema de ensino.
- Inserir a aquisição do Sistema de Ensino Positivo no contexto nacional fazendo um breve histórico dos sistemas de ensino e apontando as semelhanças e diferenças no caso do município de Aracaju.
- Analisar as apostilas de história do Aprende Brasil com base nos critérios de avaliação dos livros de história do PNLD 2017.

3. ANÁLISE EXTERNA

3.1. O que são os sistemas de ensino apostilados

Podemos iniciar a análise do que são os sistemas de ensino apostilados tentando compreender o significado do termo. Esse termo se refere não somente ao fornecimento do livro didático, mas a todo um sistema de apoio à rede municipal de educação que o adota. Esse sistema de apoio envolve as metas de ensino, as metodologias a serem utilizadas e incorpora “a função de elaboração e operacionalização de política pública” de ensino para os municípios. Por essa abrangência se dá a utilização da nomenclatura “sistema de ensino” por parte das redes privadas de educação que os oferece.

Tais sistemas abrangem a oferta de serviços e produtos, como materiais didáticos para alunos e professores, incluindo apostilas e CD-ROMs, capacitação docente na utilização das apostilas, monitoramento dos materiais adquiridos, sites com conteúdo extra na Internet e até disque-dúvidas.

A origem das maiores empresas fornecedoras desses sistemas de ensino e suas apostilas tais...

...Como Positivo, COC e Objetivo têm trajetórias semelhantes: originaram-se de cursinhos pré-vestibulares bem sucedidos, no sentido de conseguirem aprovar parte de seus alunos em cursos superiores de alta disputa no país, depois criaram escolas próprias que foram [transformando-se] em verdadeiras redes privadas de ensino, com níveis e etapas diversas de ensino,

que se apresentam como “sistemas de ensino”. Posteriormente, ganhou corpo a transformação de escolas privadas de menor porte ou experiência em franquias das grandes redes privadas. Em outras palavras, não se fazia mais necessário, a aquisição do patrimônio físico das concorrentes e, com ele, de seus custos. Bastava assegurar a compra reeditada anualmente dos serviços oferecidos pelas redes: a terceirização do processo pedagógico se instalava. (ADRIÃO, 2009, pag. 808 e 810).

Observamos que a origem e aumento dessas redes de ensino estiveram claramente ligadas ao setor privado, inicialmente com escolas próprias e depois por meio de franquias. Podemos considerar a expansão para as escolas públicas através de contratos com os municípios como uma terceira fase de expansão dessas empresas, na qual não se limitam mais ao ambiente privado.

Entre os diversos fatores que permitiram tal mudança e levaram ao atual crescimento desse setor, destacamos quatro elementos centrais:

- As possibilidades políticas vislumbradas pelos prefeitos;
- A atual ‘cultura de avaliação’ da Educação;
- A lei de municipalização do Ensino Fundamental;
- Os próprios impulsos capitalistas de expansão de lucros das empresas;

Quanto às possibilidades políticas, observamos que a maioria das cidades as quais adotaram esses sistemas, têm menos de cinquenta mil habitantes. Nessas cidades as diferenças político-partidárias se tornam irrelevantes, como diz Theresa Adrião: “... são as medidas governamentais com certa visibilidade que se convertem em diferenciais nas disputas eleitorais: a aquisição do sistema de apostilas de hoje concorre com a construção da praça ou do coreto de outrora.”. Via de regra, as prefeituras propagandeiam tais aquisições como uma implantação da qualidade do ensino privado na rede pública, escolhendo assim ignorar as demais diferenças entre escolas públicas e privadas.

Ao longo dos anos, as escolas públicas vêm sendo sucateadas pela falta de recursos básicos para o desenvolvimento das atividades pedagógicas prejudicando, conseqüentemente, o aprendizado dos alunos. A deficiência vai desde recursos materiais tais como: falta de higienização do ambiente escolar, escolas depredadas, falta de material de pesquisa, salas de laboratório, acesso a internet, etc; aos recursos humanos: desmotivação da classe docente,

falhas na formação continuada, merendas irregulares, falta de pessoal de apoio e até mesmo professores. Enquanto isso, a escola privada, expandiu-se, qualificou-se e adquiriu status social, sem sofrer os problemas com recursos materiais encontrados na escola pública. Assim, resumir a diferença entre escola pública e privada simplesmente a qualidade do material utilizado é simplificar a complexidade do problema.

“Cabe ressaltar, contudo, que o material vendido para as escolas públicas, embora leve o selo da empresa que o produziu, nem sempre é idêntico ao que é adotado em suas escolas franqueadas da rede particular.”. (BRITTO, 2011, p.15). “... Uma vez que, se assim fosse, poderia haver um relativo êxodo das matrículas para o setor público, estabelecendo-se, ineditamente, uma concorrência intra-serviços oferecidos pela mesma empresa.” (ADRIÃO, 2009, p. 808).

Outro fator que contribui facilitando as contratação desse tipo de sistema de ensino pelo Poder Executivo é a não obrigatoriedade de promover uma licitação³, logo, pode deliberar livremente sobre esse assunto. Muitas vezes nem os Conselhos Municipais de Educação se posicionam sobre a decisão (ADRIÃO, 2009 p. 808).

Mais um fator de expansão das vendas de sistemas de ensino é o surgimento de novos instrumentos que avaliam o aprendizado dos alunos como: SAEB, Provinha Brasil, Prova Brasil, ENEM, ENADE, etc⁴. Sendo a “Prova Brasil” um dos parâmetros para calcular o IDEB (junto com os índices de evasão escolar e de reprovação). Quanto maior a nota de uma escola no IDEB mais recursos essa escola recebe. Aproveitando-se disso algumas empresas, quando fazem suas propagandas, focam na possibilidade de os municípios aumentarem suas notas nesses exames.

Outro fator foi à municipalização do Ensino Fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 tornou a administração do Ensino Fundamental de responsabilidade dos municípios. Embora muitos município desenvolvidos já ofertassem o Ensino Fundamental maior, do 6º ao 9º ano (antigas 5ª a 8ª series), como é o caso de Aracaju. Essa medida gerou um problema devido à precariedade técnico-operacional encontrada nos municípios menores

³ Amparada nos artigos 25 e 13 da lei n. 8.666/93 que rege as licitações

⁴ A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e outros, são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. (ARACAJU. Prefeitura de Aracaju. 12/08/2013).

que dificultam o cumprimento das suas responsabilidades para com a oferta de educação básica. Enquanto diversas prefeituras foram aos poucos organizando um sistema próprio de administração, outras, foram no caminho inverso e passaram a contratar empresas fornecedoras de sistemas de ensino.

Por fim, a implantação da municipalização, criando a necessidade de organização das redes municipais de ensino que estavam despreparadas criou a oportunidade para os grupos privados estenderem o seu mercado oferecendo de forma rápida uma organização dessas redes. É nesse interim que surgem as preocupações com as implicações deste tipo de gestão da escola pública.

3.1.1. Uma forma de privatização

O funcionamento das empresas que produzem e vendem os sistemas de ensino segue a lógica do mercado, na qual, se produz uma mercadoria padronizada que, no caso das escolas particulares funciona por unidade. Uma escola adere a um determinado sistema e passa a funcionar dentro dos parâmetros estabelecidos nesse sistema, ajustando a eles a sua realidade.

Quando uma rede publica resolve adquirir e implantar um determinado sistema de ensino ofertado no mercado à situação é bastante diferente. Cada uma das escolas que fazem parte da rede publica vivenciam realidades diversas e têm a prerrogativa de autonomia para agir diante dessas realidades. Essa ação se dá através de projetos político-pedagógicos específicos. Estes projetos são elaborados a partir do diagnóstico da realidade de cada unidade escolar. A aquisição do sistema determina a padronização dessas unidades escolares sem levar em conta o projeto político-pedagógico local, portanto quebrando a autonomia das escolas.

Nesse quadro de delegação de responsabilidades do setor público as empresas privadas instauram na educação municipal a lógica de gestão privada cujo maior objetivo é o lucro.

3.2 O CASO ARACAJUANO

3.2.1. Muitas semelhanças, uma diferença.

O processo de aquisição e aplicação do Sistema Positivo em Aracaju seguiu o mesmo curso que já vimos em outras cidades. Não houve amplo debate, a decisão de adquirir o sistema e os livros não contou com análise dos professores da rede municipal, os quais teriam de utilizá-los. Igualmente, o interesse na aquisição esteve ligado ao aumento do índice do IDEB. Por isso mesmo boa parte das atividades realizadas pela equipe do Aprende Brasil aqui esteve voltada para a Prova Brasil, através da realização de “Aulões” e “Provas Diagnósticas”, foram pelo menos duas enquanto o contrato vigorou.

Outra semelhança da relação contratual estabelecida entre a prefeitura aracajuana e a Editora Positivo com os demais contratos do gênero é a delegação para a entidade privada de responsabilidades quanto a gestão do sistema de ensino municipal. Isto pode ser observado já na primeira cláusula do contrato onde diz:

Cláusula 1ª – Este contrato tem como objeto o fornecimento, em favor da contratante, dos materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil; Acompanhamento e Assessoramento Pedagógico; Sistema de Gestão das Informações Educacionais e Avaliação Externa do Processo de Aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental contemplado pelo Aprende Brasil, além de um projeto para o aumento de IDEB do qual a contratada é detentora exclusiva... (ARACAJU. Secretaria Municipal da Educação. **Contrato de fornecimento com prestação de serviço nº55/2013.**)

Observe que pelos serviços contratados descritos a contratada deveria atuar, diagnosticando os problemas do processo de aprendizagem, gerindo informações educacionais, dando acompanhamento pedagógico e desenvolvendo projetos de melhoria do índice de desenvolvimento educacional.

Apesar das semelhanças encontradas no universo de municípios que adotaram esses sistemas, Aracaju destoa por se tratar de uma cidade de médio porte e de ser uma capital de estado. Além disso, Aracaju já tinha um quadro técnico pedagógico qualificado e uma rede de escolas abrangendo todas as séries do Ensino Fundamental, tendo menos problemas na implantação da municipalização. Essa situação torna menos compreensível e menos justificável a adoção do sistema.

3.2.2. Gastos e Comparações

O primeiro contrato foi assinado no dia 24 de Março de 2013, pela Secretária de Educação Márcia Valéria Lira Santana, e dizia respeito à aquisição de 4.800 Livros Didáticos Integrados para 1.200 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Este contrato, de caráter experimental, foi ampliado no ano seguinte a todos os anos do Ensino Fundamental maior, atingindo 7.690 alunos em 2014 e 8.275 em 2015. A quantidade total de livros adquiridos foi de 68.660 unidades que custaram 5.374.850 de reais. Veja a tabela.

Anos	Alunos Atendidos	Livros Adquiridos	Valor do Contrato
2013	1.200	4.800	R\$ 354.720,00
2014	7.690	30.760	R\$ 2.299.310,00
2015	8.275	33.100	R\$ 2.720.820,00
Total:	17.165	68.660	R\$ 5.374.850,00

Quadro 1 - Dados dos contratos de 2013 á 2015

Observamos que a quantidade de livros é sempre de quatro vezes a de alunos, isso se deve ao fato de os alunos receberem um livro por bimestre totalizando quatro livros ao ano, contendo assuntos de todas as disciplinas.

A tabela abaixo mostra os valores dos livros e o custo anual por aluno:

Anos	Valor Unitário do Livro	Gasto Anual por Aluno
2013	R\$ 73,90	R\$ 295,60
2014	R\$ 74,75	R\$ 299,00

2015	R\$ 82,20	R\$ 328,80
Média:	R\$ 76,95	R\$ 307,80

Quadro 2 – Gasto anual por aluno.

A fim de comparação vejamos os dados do PNLD – 2016:

- Gasto total: R\$ 1.135.255.882,00 (Um bilhão, cento trinta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e dois reais).
- Livros Adquiridos: 118.930.984 milhões.
- Estudantes beneficiados: 30.011.814 milhões.

Se dividirmos o gastos total dos programas comparados, pela quantidade de livros adquiridos, obtemos um valor médio de R\$ 9,5 por livro no PNLD, contra R\$ 76,95 por Livro no Aprende Brasil. Igualmente se dividirmos o gasto total pela quantidade de alunos beneficiados observamos que um estudante custou para o PNLD R\$ 37,8 em 2016. No caso do Aprende Brasil esse custo foi em média de R\$ 307,80 durante os três anos em que vigorou.⁵ A enorme diferença nos valores deve-se a fatores como o volume e a abrangência nacional do PNLD e na porcentagem de lucro que a Editora Positiva tira de cada livro.

Essa diferença de preços mostra quão grave e sério foi a adoção desses materiais. A justificativa desse gasto deve estar fundamentalmente ligada a qualidade dos livros, se não for constatada esta qualidade superior, a adoção da coleção torna-se injustificada. Para responder a esta questão, precisamos passar para a próxima fase de nossa análise.

4. ANÁLISE INTERNA

4.1. Descrição da coleção

Os conteúdos da disciplina História doravante analisados compõem os Livros Didáticos Integrados fornecidos pela Editora Positivo. Os livros a que tivemos acesso foram editados

⁵ No caso dos valores do PNLD, é de ano posterior aos dos anos do Aprende Brasil. O custo dos livros do PNLD pode ser diferente do apresentado, pois o custo total envolve outros fatores como, transporte, armazenamento e avaliação pedagógica. Os valores apresentado servem mais para dar uma noção geral dos gastos e da disparidade entre os preços dos programas quando comparados.

em 2013. Têm o formato de caderno aramado. Embora tenha um projeto gráfico bem elaborado, o material e a impressão gráfica dos livros do Aprende Brasil assemelham-se a um material fotocopiado e não a um material impresso em gráfica.

Como foi mencionado na análise dos contratos, a editora fornecia quatro livros didáticos por ano para cada aluno. Cada livro é dividido em sete partes (ou apostilas) do sexto ao oitavo ano contendo cada uma delas uma matéria: Inglês, Português, Geografia, História, Matemática, Ciências e Artes e em oito partes no nono ano pela inclusão de Física e Química. Cada volume correspondente a um bimestre de uma matéria, como são quatro livros, logo as matérias são divididas em quatro unidades ao ano. Esse formato incomum dos livros, cada um com partes de várias matérias ao invés de um livro específico pra cada matéria, impõe que todos os professores das escolas integrantes desses sistemas utilizem um único material didático com uma única abordagem de cada tema, uma única metodologia, um conteúdo idêntico a ser transmitido no mesmo período de tempo. Essa padronização pretende:

Uniformizar as aulas [como] forma de garantir mais equidade, por meio da garantia de padrão mínimo de qualidade para todos os alunos, bem como de nortear o trabalho docente, de modo a evitar que conteúdos importantes sejam discricionariamente preteridos trazendo orientações claras para os professores sobre o planejamento e a condução das aulas, num contexto em que se verificam graves deficiências na formação inicial docente. (BRITTO p.16).

Por outro lado:

Incide sobre a autonomia de escolas e docentes frente à organização do trabalho pedagógico ao retirar-lhes, como assegura a LDB, a possibilidade de organizarem suas práticas a partir de necessidades locais ou iniciativas próprias. (ADRIÃO Pag. 810).

Cada apostila de história tinha em média 49 páginas, e se colocadas juntas formavam livros de 197 páginas. (WITOSLAWSKI, 2013). Em comparação aos livros selecionados pelo PNLD de 2017 nos quais há em média 281,5 páginas. (BRASIL, PNLD: História, 2017).⁶ Somados os quatro anos do Ensino Fundamental a média dos livros do PNLD é de 1.126 páginas (BRASIL, PNLD: história, 2017), 338 páginas a mais que as 788 páginas do Sistema Positivo Aprende Brasil o que significa que as apostilas adotadas pela prefeitura

⁶ Esses números não constam especificamente na referência, antes foi alcançado pela soma e divisão de todos os livros constantes no Guia do Livro Didático de História do PNLD 2017.

tinham quase um livro e meio a menos de conteúdo em relações aos livros que pretendiam substituir.

Os autores do conteúdo de História, Henrique Witoslawski e Celina Fiamoncini têm em comum a graduação em História pela Universidade Federal do Paraná. Ambos são mestres pela mesma universidade, sendo Witoslawski especializado em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pelo Claretiano Centro Universitário.

4.2. AVALIAÇÃO

4.2.1. Critérios de Avaliação de Conteúdo

Os critérios utilizados para avaliar os livros serão quanto: ao tratamento escolar das fontes históricas, a relação entre texto base e atividades, o tratamento da temporalidade histórica, a temática africana e afro-brasileira e a temática indígena.⁷

Adotamos esses parâmetros porque são os mesmos utilizados na avaliação dos livros didáticos do PNLD 2017. Por sua vez, estão baseados nos PCNs, Parâmetros Curriculares Nacionais. A utilização desses critérios de avaliação é de fundamental importância, por serem os livros do Aprende Brasil substitutos dos livros do PNLD. Ao utilizar os parâmetros poderemos fazer uma justa comparação entre eles. Para assim confirmar se os primeiros têm efetivamente uma qualidade superior aos últimos, o que justificaria a sua adoção por parte dos gestores do município de Aracaju.

4.2.2. Tratamento Escolar das Fontes Históricas

O tratamento das fontes históricas, diz respeito a como o livro apresenta e utiliza as fontes históricas. Esse tratamento deve contribuir para que o aluno tenha acesso a fontes diversas da história mundial e possa através da análise destas, entender como se constrói o pensamento histórico e como se faz a história. Para isso é importante que haja material histórico abundante e diverso, mas principalmente que ela seja bem utilizada. É importante

⁷ Seguindo as Leis nº 10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008, que dispõem sobre a obrigatoriedade do tratamento da temática afro-brasileira e indígena em todo o sistema escolar brasileiro.

também que as perguntas sirvam para levar os alunos a construírem conhecimento. Nesse sentido os livros analisados começam bem, ao disponibilizarem diversos tipos de fontes como: fotos, mapas, pinturas, tabelas, cartas, leis, charges e outros. Porém as orientações metodológicas aos docentes foram, embora claras, somente regulares, na maioria das vezes não acrescentando riqueza a utilização que o professor poderia elaborar por si mesmo.

Outra limitação foi quanto ao favorecimento da compreensão do procedimento histórico. Embora muitas perguntas se referissem as fontes apresentadas, a maioria delas, não provocariam por si mesmas os alunos a entenderem que as teorias explicativas da história são originadas a partir da crítica das fontes. A maioria das perguntas procurava fazer com que os alunos compreendessem o que as fontes diziam e não o porquê as fontes diziam o que diziam. Desse modo os alunos são levados à compressão do texto, mas não a sua crítica. Devemos apontar, porém que muitos dos livros do PNLD, embora tenham avançado também apresentam limitações nesse aspecto.

4.2.3 Relação entre Texto Base e Atividades

Muitos dos livros atuais são compostos por texto-base, ou texto central e textos complementares, que são as seções com textos sobre outros temas do mesmo período, citações de outros autores, fontes históricas e as questões ou atividades. Esses textos complementares em sua maioria não são escritos pelo autor central do livro e ao mesmo tempo em que podem contribuir para a diversidade de gêneros textuais e temas dentro de uma mesma obra, precisam atentar para a conexão e coerência com o texto central. No material estudado os textos complementares, se pensados de maneira geral (quadros, tabela, imagens e fontes) são diversos. Porém, se pensarmos em textos propriamente ditos, são em sua maioria compostos por citações de livros de História, relacionadas ao tema central e não abordando outras perspectivas, outros temas.

Observe que há uma seção especial no texto, chamada ‘Outras Versões’, porém esta deveria ser mais presente (inexiste no oitavo ano) e mais ampla. Quanto às atividades, voltam-se principalmente a compreensão do texto base e dos textos complementares. Algumas perguntas sugerem, sem orientações precisas, atividades de pesquisa e trabalho em equipe sobre temas que não são desenvolvidos no livro. São poucas as atividades que trabalham as

relações entre passado e presente, habilidades múltiplas de leitura, identificação de informação, observação e enumeração, análise, comparação, generalização ou síntese.

4.2.4. Tratamento da Temporalidade Histórica

Esta categoria de análise é de fundamental importância. Os livros didáticos precisam ajudar os professores no ensino das noções de tempo relacionadas à história como: datação; longa, média e curta duração; mudanças, permanência e simultaneidade histórica. De maneira que os alunos “consigam operar com deslocamentos temporais, que consigam relacionar aspectos do presente e do passado, que consigam se localizar no tempo.” (BRASIL, PNLD: história, 2017).

A semelhança do que acontece também com livros do PNLD, os livros somente apresentam orientações acerca da operação de datação no livro do 6º ano. O assunto tempo, só volta a ser destaque em um texto complementar de uma página no livro do oitavo 8º que trabalha as diferentes concepções de tempo de diversos povos e a mudança dessa percepção na Inglaterra após a Revolução Industrial, onde o tempo passa a ser mercadoria e a ser contado pelo relógio.

A coleção segue a história cronológica tradicional e eurocêntrica. Ao apresentar outras civilizações como a indiana, a chinesa, povos africanos e indo-americanos, não aproveita as possibilidades de se trabalhar a simultaneidade histórica, na realidade essas histórias só são apresentadas quando relacionadas a história europeia e não de maneira autônoma. O material é limitado ao tratar a noção de duração. As relações entre passado e presente são sempre tratadas nos textos complementares através de perguntas que mostram diferenças e semelhanças entre essas épocas.

4.2.5. Temática Africana, Afro-brasileira e Indígena

O Brasil vem avançando na questão de reconhecer e valorizar as matrizes culturais negras e indígenas. Tendo aprovado em 2003 e 2008 leis que dispõem sobre a obrigatoriedade do tratamento da temática afro-brasileira e indígena em todo o sistema escolar brasileiro. A abordagem desses temas em sala de aula deve buscar uma independência maior em relação à

história tradicional, de visão portuguesa. Deve apresentar o protagonismo desses sujeitos e a continuidade de suas histórias, ou seja, trabalhando esses temas também fora dos períodos já tradicionais como: colonização, catequização, escravidão e abolição.

Os livros do ‘Aprende Brasil’ apresentam uma visão histórica tradicional. Não enfatizam a história desses povos e o seus movimentos no processo histórico, referindo-se a eles apenas no contexto da colonização branca. Não traz conteúdos sobre os povos da África, sobre a introdução da escravidão africana na economia colonial, contribuições africanas e indígenas na cultura brasileira, não apresenta como se deu o desenvolvimento desses povos ao longo da história do Brasil. Desse modo, o material não contribui para a promoção da educação para as relações étnico-raciais.

4.3. Resumo geral da coleção

Depois de analisarmos o material verificamos, de forma abrangente, sua baixa qualidade tanto no aspecto físico como no didático. Segundo Lisete Arelaro um dos motivos que estão relacionados a essa pouca qualidade se deve a realidade de que as empresas, quando oferecem seus materiais as prefeituras, disponibilizam materiais diferentes dos que produzem para utilizar em suas próprias escolas e nas escolas privadas associadas.

...Trata-se de ofertar às escolas públicas um material de menor custo e que não faça frente àqueles existentes nas escolas privadas do município. (ARELARO, 2009, pag. 806)

Outro fator que influencia essa qualidade, embora não diretamente, é a falta de análise técnica nas coleções adquiridas. Já que se essas avaliações fossem feitas dificultariam a compra de materiais de qualidade questionável e as empresas se veriam pressionadas a realizarem melhoras, como acontece no PNLD.

Podemos resumir as falhas encontradas quanto ao aspecto físico na encadernação, papel e impressão gráfica; e quanto ao aspecto didático, em relação a disciplina de história, na adequação aos critérios de avaliação dos livros do PNLD (mais atuais em didática de história). E em não apresentar uma didática que tenha por objetivo a

compreensão de temas atuais como o da mulher, o Indígena e o Africano. Antes, segue uma linha histórica tradicional já ultrapassada.

4.3.1. Sumário sintético do Livros

6º ano (198 páginas). – 1º volume (48 páginas). Capítulos: 1. O estudo da história. 2. Primeiras sociedades. 3. Mesopotâmia. 4. Egito. – 2º volume (48 páginas). 5. Fenícios e hebreus. 6. Persas. 7. Grécia: cidade-Estado e identidade. 8. Grécia: cultura e conhecimento. – 3º volume (48 páginas). 9. Roma: da fundação ao estabelecimento da monarquia. 10. Roma: a República. 11. Roma: do Império à fragmentação. 12. Roma: cultura e contato com outros povos. – 4º volume (42 páginas). 13. Império Bizantino. 14. Árabes. 15. Europa Ocidental: das migrações ao mundo carolíngio. Mais 12 páginas de material de apoio.

7º ano (196 páginas). – 1º volume (48 páginas). Capítulos: 1. Feudalismo. 2. Renascimento Comercial Urbano. 3. Crise do sistema Feudal. 4. Renascimento Cultural. – 2º volume (48 páginas). 5. Estados Nacionais Modernos. 6. Reformas Religiosas. 7. Grandes Navegações. 8. África. – 3º volume (48 páginas). 9. O Oriente: Índia, China e Japão. 10. Povos pré-colombianos. 11. Povos do Brasil. 12. Colonizações espanholas e inglesas na América. – 4º volume (42 páginas). 13. Colonização portuguesa na América. 14. Brasil Colonial: a sociedade açucareira. 15. Brasil colonial: a expansão para o interior. Mais dez páginas de Material de apoio.

8º ano (197 páginas). – 1º volume (48 páginas). Capítulos: 1. Revoluções Inglesas. 2. Antigo Regime. 3. Iluminismo. 4. Brasil Colonial: a sociedade mineradora. – 2º volume (48 páginas). 5. Ideias iluministas na América. 6. Revolução Industrial. 7. Revolução Francesa. 8. Período Napoleônico. – 3º volume (48 páginas). 9. América Latina: lutas pela emancipação política. 10. Brasil: emancipação política. 11. Europa: ideologias do século XIX. 12. Movimentos do século XIX. – 4º volume (42 páginas). 13. Brasil: Primeiro Reinado. 14. Brasil: Período Regencial. 15. Brasil: Segundo Reinado. Mais 11 páginas de material de apoio.

9º ano (197 páginas). – 1º volume (48 páginas). Capítulos: 1. Imperialismo: África e Ásia. 2. Revolução Russa. 3. A Grande Guerra. 4. Brasil: a Primeira República. – 2º volume (48 páginas). 5. Período Entreguerras: autoritarismos e totalitarismos. 6. Período entreguerras: a Crise de 1929. 7. Brasil: a República Nova. 8. A Segunda Guerra Mundial. – 3º volume (48

páginas). 9. O mundo após a Segunda Guerra Mundial. 10. Populismo e ditaduras na América Latina. 11. Brasil: o populismo. 12. Brasil: Golpe e Ditadura Militar. -4º volume (44 páginas). 13. Descolonização da África e da Ásia. 14. Neoliberalismo, globalização e crise socialista. 15. Brasil: a Nova República. Mais 9 paginas de material de apoio.

5. CONCLUSÃO

Ao contratar o Sistema de Ensino Positivo a prefeitura tinha como objetivo a melhoria da qualidade de ensino da rede municipal e como consequência uma melhor avaliação no IDEB. Essa atitude estava associada à visão de que a gestão privada é mais eficiente que a pública e o material didático da rede particular de melhor qualidade. Porém essa mesma percepção dos que estavam à frente da administração pública de Aracaju, nos anos em que estes contratos vigoraram não perceberam os principais motivos por traz da qualidade do ensino municipal. Adotar esses sistemas para eles é como acender uma ‘Lâmpada Magica’⁸ que resolveria os problemas da educação, problemas reais, pelo simples ato da assinatura do contrato.

Por isso mesmo, não se considerou que o sistema comprado seria implantado de cima pra baixo, sem buscar envolver a comunidade escolar e nem levar em conta as desigualdades sociais, culturais e econômicas das escolas, dos alunos e dos professores. Esse fator, associando à limitada qualidade do material, levou a baixa adesão ou, a adoção pouco efetiva no dia a dia da pratica docente.

É difícil encontrar boas razões para Aracaju, uma cidade com mais de 500.000 mil habitantes, que dispõe de recursos financeiros e uma equipe estruturada na administração da educação pública. Equipe essa capaz de elaborar e por em prática soluções ligadas à problemática das escolas da rede, adotar um sistema de ensino oneroso e que disponibilizou livros didáticos que ao menos em relação à disciplina de História é inferior aos livros do PNLD usualmente utilizados.

⁸ Faço referência ao título de um slide utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, SEMED, para divulgar e incentivar o uso do portal AprendeBrasil nas atividades pedagógicas e educação Infantil de Aracaju. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU / SEMED)

6. FONTES

ARACAJU. Secretaria Municipal da Educação. **Contrato de fornecimento com prestação de serviço de assessoria técnico-pedagógica nº55/2013.**

ARACAJU. Secretaria Municipal da Educação. **Contrato de fornecimento com prestação de serviço de assessoria técnico-pedagógica nº13/2014.** Processo de Inexigibilidade nº01/1014.

ARACAJU. Secretaria Municipal da Educação. **Contrato de fornecimento com prestação de serviço de assessoria técnico-pedagógica nº32/2015.** Processo de Inexigibilidade nº02/1015.

ARACAJU. Prefeitura de Aracaju. **Coordenadores avaliam pedagogia e logística do Sistema Aprende Brasil.** 12/08/2013 - 18h09. Disponível em: < <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=55413> > Acesso em: 20/09/2017.

ARACAJU. Prefeitura de Aracaju. **Coordenadores participam de curso de capacitação.** 06/06/2013. Disponível em < <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=54606> >. Acesso em: 15/09/2017.

WITOSLAWSKI, Henrique. **História:** 6º ano. Ilustrações de DKO Estúdio. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2013.

WITOSLAWSKI, Henrique. **História:** 7º ano. Ilustrações de DKO Estúdio. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2013.

WITOSLAWSKI, Henrique. **História:** 8º ano. Ilustrações de DKO Estúdio. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2013.

FIAMOCINI, Celina. **História:** 9º ano. Ilustrações de DKO Estúdio. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2013.

7. REFERENCIAS

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGUI, Raquel; ARELARO, Lisete. **Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública:** a aquisição de ‘sistemas de ensino’ por municípios paulistas. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 108, pp. 799-818, out/2009.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **PNLD 2017: História** – Guia de Livros Didáticos, Ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 5.066, de 2016**, Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de mensagens educativas sobre temas atuais nas contracapas das publicações e em outros materiais didáticos custeados com recursos públicos e distribuídos aos alunos da rede pública de educação básica do país. Disponível em: < http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1452483 >. Acesso em: 21/09/2017.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. **O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados**. Textos para discussão nº 92. Brasília, DF: Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2011.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **História:** consciência, pensamento, cultura, ensino. In: Educar em Revista, Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p. 43-58, out./dez. 2011.

NICOLETI, João Ernesto. **Ensino Apostilado na escola publica:** tendência crescente nos municípios da região de São José do Rio Preto–SP. Araraquara, São Paulo, Unesp 2009.

NICOLAZZI, Júnior; NORTON, Frehse. **História:** Ensino Médio, 1ª. Série / Ilustrações Angela Giseli, Eduardo Vetillo. – Curitiba: Positivo, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SEMED. **Portal AprendeBrasil:** A Lâmpada Mágica na Educação Infantil de Aracaju. Aracaju, Secretaria municipal de educação. Disponível em < <http://blog.aprendebrasil.com.br/semedaracaju> > visto em 03/2017

SENADO FEDERAL, Secretaria Especial de Editoração e Publicações. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** – Lei n. 9.394, de dezembro de 1996.

SOBENES, Anahy.